



INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS

BACHARELADO EM HUMANIDADES

***MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE:
DA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA E A SUA TRANSIÇÃO PARA DEMOCRACIA
1960/1990***

JACKSON DA GRAÇA

REDENÇÃO-CE

2017

JACKSON DA GRAÇA

*MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE:
DA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA E A SUA TRANSIÇÃO PARA DEMOCRACIA
1960/1990*

Monografia apresentada como requisito parcial para conclusão do curso Bacharel em Humanidades na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Orientadora: Prof. Dra. Andrea Cristina Muraro

REDENÇÃO-CE

2017

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Lima, Jackson da Graça D'araujo.

L6961

Movimentos sociais e democracia em São Tomé e Príncipe: da luta pela independência e a sua transição para democracia 1960/1990 / Jackson da Graça D'araujo Lima. - Redenção, 2019.
38f: il.

Monografia - Curso de Humanidades, Instituto De Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.

Orientadora: Profa. Dra. Andrea Cristina Muraro.

1. São Tomé e Príncipe. 2. Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). 3. Transição para democracia. 4. Movimento político. I. Título

CE/UF/BSCL

CDD 967.15

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr.^a Artemisa Odila Candé Monteiro UNILAB

Prof. Dr. Ricardino Dumas Teixeira UNILAB

REDENÇÃO-CE, 24 de julho de 2017.

DEDICATÓRIA

Nesta longa caminhada acreditei que era possível com ajuda de Deus pai! Só paramos de lutar quando já não houver mais o último suspiro, enquanto houver é sinal de que vale apenas continuar a lutar, pois, só lutando que almejamos as nossas vitórias.

Quero dedicar este trabalho primeiramente a Deus meu socorro presente na hora da angústia, ao meu pai Areliano Das Neves e a minha mãe Vitalina Pinheiro, pois, sem a vossa ajuda moral e financeira já mais conseguiria essa vitória. A minha orientadora Andrea Cristina Muraro pela dinâmica, paciência e incentivos que tornaram possível esta monografia. Aos meus irmãos, Lele, Silina, Sila, Tommy, Edson, Vady, a minha madrinha Leonilda Marcelina ao meu cunhado Jika, e ao meu amigo Anastácio e Ayres Moreira.

AGRADECIMENTO

“A felicidade aparece para aqueles que choram. Para aqueles que se machucam. Para aqueles que buscam e tentam sempre. E para aqueles que reconhecem a importância das pessoas que passam por suas VIDAS!”

Walquiria Oliveira Dantas

Certamente este espaço não será suficiente para descrever a todos que fizeram parte desta fase da minha vida. Desde já quero pedir desculpas a aqueles que não estão presentes nestas frases, mas quero que saibam que estarão eternamente no meu pensamento.

Quero primeiramente agradecer a Deus meu socorro presente na hora da angustia, por olhar para mim, para que me ajudasse a concretizar o meu sonho. A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), pela oportunidade de parceria com os países do (PALOP).

Acato, a minha orientadora Prof.^a Dr.^a. Andreia Cristina Muraro, pela sua paciência e orientação nos momentos, em que eu não acreditava ser possível.

Desta feita sem amplas restrições venho agradecer aos que me fizeram acreditar que nunca é impossível enquanto a suspiro, só deixa de lutar aqueles que não têm fé.

Agradeço ao meu pai Aureliano Das Neves e a minha mãe Vitalina Pinheiro que me ensinaram valores únicos para nunca deixar de acreditar e olhar sempre em frente,

pelo apoio ético, moral e principalmente financeiro para concretização deste sonho. Quero que saibam que estes gestos ficarão marcados eternamente no meu coração.

Agradeço ao professor Ricardino Dumas Teixeira pela sua orientação na fase inicial deste trabalho e me apoiando em diferentes ocasiões e situações.

Aos meus irmãos que sempre ajudaram e acreditaram na minha capacidade para seguir em frente e principalmente dos brilhantes conselhos de encorajamento.

Agradeço a todos os meus amigos que estavam presente nesta luta e que sempre me faziam acreditar que seria possível.

Quero também agradecer a todos os professores do Bacharelado em Humanidades.

Para finalizar o meu agradecimento, as brilhantes palavras de um dos maiores escritores e poeta da língua portuguesa:

“Valeu a pena? Tudo vale a pena
se a alma não é pequena.”

(Fernando Pessoa)

RESUMO

O trabalho intitulado *Movimentos sociais e democracia em São Tomé e Príncipe: da luta pela independência e a sua transição para democracia 1960/1990* propõe-se a compreender como a criação do CLSTP - que viria a se transformar mais tarde em MLSTP, bem como estes atuaram politicamente, a partir da sua implementação, para garantir uma luta coesa para liberdade da população são-tomense, observando a negativa pela luta armada e os antecedentes do arquipélago durante o período colonial.

Palavras- chave: São Tomé e Príncipe; Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP); transição para democracia; Movimento político

ABSTRACT

The work entitled *Social Movements and Democracy in São Tomé and Príncipe: From the struggle for independence and its transition to democracy 1960/1990* is proposed an index as the creation of the CLSTP, that would later become MLSTP, as well as they acted politically, from its implementation, to ensure a cohesive struggle for the freedom of the Sao Tome and Principe population, noting a refusal by the armed struggle and antecedents of the archipelago, during the colonial period.

Keywords: São Tomé and Príncipe; Liberation Movement of Sao Tome and Principe (MLSTP); Transition to democracy; Political movement

SUMÁRIO

Introdução.....	11
1 SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO.....	13
2 A COLONIZAÇÃO E AS BASES DA ECONOMIA SÃO- TOMENSE	14
3 MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTA PELA INDEPENDÊNCIA: O MASSACRE DE 1953 E SUAS RELAÇÕES COM A FUNDAÇÃO DO CLSTP.....	17
4 A CRIAÇÃO DO CLSTP E A SUA TRANSIÇÃO PARA MLSTP.....	21
5 ESTABELECIMENTO DA DATA PARA TOMADA DA INDEPENDÊNCIA (ACORDO DE ARGEL EM 1974)	24
6 O LUGAR DA RELIGIÃO NO PERÍODO COLONIAL E NO PÓS-INDEPENDÊNCIA PARA ORGANIZAÇÃO DAS ILHAS.....	26
7 PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA E DEMOCRACIA (1975/1990)..	29
8 O PROCESSO POLÍTICO NO DESENVOLVIMENTO DA ORGANIZAÇÃO DAS ILHAS APÓS-INDEPENDÊNCIA 1975/1990.....	33
Considerações finais.....	35
Referências bibliográficas.....	37

Lista de siglas:

CLSTP	Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe
MLSTP	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
OUA	Organização de Unidade Africana
INE	Instituto Nacional de Estatística
CONCP	Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas

INTRODUÇÃO

Este trabalho intitulado *Movimentos sociais e democracia em São Tomé e Príncipe: da luta pela independência e a sua transição para democracia 1960/1990* procura tratar do contexto histórico-político no decurso da luta pela libertação de São Tomé e Príncipe. Um movimento social é qualquer ação coletiva de um grupo organizado que tem como seus objetivos de luta conjunta, alcançar mudanças sociais pela via política, dentro de uma determinada sociedade, como foi o caso de São Tomé e Príncipe, em busca da sua libertação do jugo colonial português, em busca da Independência.

Teoricamente, este trabalho vai ao encontro da literatura multidisciplinar das Ciências Sociais. E também foi desenvolvido num estudo de natureza exploratória, que busca na bibliografia, um aprofundamento da realidade. Por meio de dados qualitativos em materiais bibliográficos de livros e pesquisas na internet, como: livros, artigos e sites. Dentre os autores mais significados estudados pode-se citar dos trabalhos de G. Seibert e S. Umbelina.

Ao longo da história de São Tomé e Príncipe é de frisar que a democracia não era plausível. Efetivamente, com a criação de movimentos sociais deu-se abertura para luta em prol da independência, uma luta não armada, mas sim política. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo geral, analisar o processo da história política na luta de libertação de São Tomé e Príncipe, a tomada da independência e sua transição para democracia na década 1960/1990, guiado pelo CLSTP que se transformou posteriormente em MLSTP. Também é uma análise das demandas e conflitos partidários que assolou o país durante o primeiro mandato do partido único, sendo também que os primeiros objetivos das conquistas só começaram a surtir seus efeitos com forte pressão na tomada da independência pela direção do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe.

A construção do Estado em São Tomé e Príncipe passou por uma fase bastante complicada para se firmar no processo do desenvolvimento socioeconómico e político cultural do país. Havia diversos conflitos onde possuíram uma aptidão a se criar com os

novos rumos da democratização na década de 1990. Logo, o paralelismo com muitos países africanos e europeus, com costumes de regimes autoritários, ocasionaram o aparecimento da democracia, causando assim um efeito paradoxal inesperado.

Neste sentido, o trabalho parte das seguintes questões:

- Levantar informações históricas do processo democrático e os principais avanços primordiais do movimento social que fortaleceram a ideia de que as marcas deixadas por este Movimento foram positivas;
- Caracterizar as criações deste Movimento (1960 – 1990) e suas reverberações para o desenvolvimento do país;
- Compreender o modelo proposto pelo Movimento e o seu papel durante a governabilidade;
- Analisar as críticas que de alguma forma tentaram implantar o negativismo pós- democrático durante o processo administrativo do Movimento;
- Identificar teorias que confirmam os impactos democráticos positivos e as movimentações sociais durante a governabilidade do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe para o desenvolvimento da industrialização do país, com a tomada da Independência.

Na década de 1960, este mesmo movimento já andava a procura de soluções que levariam à independência. Durante séculos, a população são-tomense teve um papel fundamental pela sua resistência à presença colonial, e para que estes efeitos fossem alcançados tiveram que organizar no ano 1960 uma comitiva que iria conduzir este processo em busca da sua independência. Este processo não se realizou e foi transformado mais tarde no ano 1972, em Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe que com muito esforço e empenho lutaram até atingir o supremo objetivo da libertação nacional, que aconteceu em 1975. Um movimento que permaneceu na governabilidade do país durante quinze anos num sistema uni-partidário, demonstrando reflexos positivos para a sociedade inicialmente e os principais desejos de conquista por este movimento repercutindo o desenvolvimento político, social, econômico e cultural, nos resultados desta governabilidade. Todavia, sentenciava uma mudança de pensamento em relação à críticas levantadas por este Movimento na governabilidade do país. Entretanto, é certo que não foi um Movimento perfeito, mas trouxe diversas modificações, comparado ao que era antes, sem a Independência.

1 SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO

Com base nos estudos de Marc Ferro (1996) e Espírito Santo (2015) , a República Democrática de São Tomé e Príncipe é um arquipélago de origem vulcânica; de língua oficial portuguesa, localizado no Golfo da Guiné, composto por duas ilhas (*Ilha de São Tomé e a Ilha do Príncipe*) junto à linha do Equador, banhada pelo Oceano Atlântico e dista cerca de 300 km da costa ocidental da África, com 1001 km².

As duas ilhas tem um número populacional de 187 mil habitantes, segundo os dados mais recentes do recenseamento geral da população e da habitação realizado em 2012, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

São Tomé possui 859 km², distribuídos em seis distritos nomeadamente, Água-Grande, Me-zochi, Lobata, Lembá, Cantagalo, Cauê, e a Região Autónoma do Príncipe que possui na sua totalidade 142km². Sendo que o distrito mais populoso de São Tomé é Água-Grande com cerca de 73.091 habitantes. A cidade capital do país situa-se no distrito de Água-Grande que é o menor e também o mais populoso como sequência do êxodo rural e do desequilíbrio regional, desde 1485.

A organização democrática do estado são-tomense baseia-se no princípio da unidade territorial, sem prejuízo do reconhecimento da existência da Região Autónoma do Príncipe e das autarquias locais, em São Tomé.

As ilhas de São Tomé e Príncipe encontravam-se desabitadas até 1470, quando os navegadores portugueses João Santarém e Pêro Escobar as descobriram, desde então passaram a ser Colônia Portuguesa. A Ilha de São Tomé foi descoberta em 21 de dezembro de 1470 e a Ilha do Príncipe um pouco mais tarde, em 17 de janeiro de 1471. As duas ilhas receberam nome santo: a de São Tomé chamou-se “Santo Antão” e a ilha do Príncipe “Santo Antônio”.

Neste âmbito, as ilhas sendo desabitadas no ano 1470 e 1471, não foram rapidamente colonizadas. Isto só veio acontecer no ano 1485, pelos colonos portugueses

que foram expulsos, acusados de práticas e crimes contra a fé católica por serem cristãos-novos, desde então as ilhas começaram a serem colonizadas por João de Paiva. Porém, até hoje as informações geram pequenas dúvidas aquando da descoberta e do povoamento das ilhas segundo os historiadores e pesquisadores.

Com as condições climáticas em São Tomé e Príncipe sendo favoráveis, os portugueses começaram a cultivar diversos produtos como: a cana-de-açúcar, café, cacau etc.; fazendo com que a ilha exportasse os mesmos produtos para o continente Europeu. Para além da exportação desses produtos o país tinha outra fonte de rendimento como a produção de pimenta e a exportação de madeiras. São Tomé e Príncipe foi então, uma colónia de Portugal desde o século XV até sua independência em 12 de julho de 1975. Para que São Tomé e Príncipe fosse independente, teve que lutar contra várias práticas de colonização auferidas pelo então Governo português, como poderemos ler no tópico a seguir.

2 A COLONIZAÇÃO E AS BASES DA ECONOMIA SÃO- TOMENSE

Para entendermos as etapas da evolução política do Estado são-tomense é indispensável auferirmos as experiências da era colonial anteriormente executadas no arquipélago. Contudo, focalizar e debater sobre as vicissitudes da evolução política no arquipélago, com base no contexto histórico e os conflitos que foram surgindo ao longo desta evolução com os enfoques da era colonial, luta de libertação e independência para a construção do Estado; conduzindo estas soluções a um conhecimento sempre que possível basear da construção da coesão política e do processo étnico racial.

É importante também frisar que houve momentos históricos marcantes na vida dos são-tomenses, foram diversas lutas não armadas contra o colonialismo, embora sendo fundamental ao longo dos anos até que as ilhas se estabelecessem para se tornar numa Republica Democrática. Desde o descobrimento é importante salientar de que as ilhas não foram rapidamente colonizadas, só começaram a serem colonizada no ano 1485 por Álvaro Caminha , que introduziu engenho de açúcar no arquipélago em 1501, tornando assim a principal cultura dos são-tomenses que subitamente teve seu termino

no ano 1822. Em seguida, foram introduzidas novas culturas nas ilhas, como a de cacau, café, comércio de pimenta e madeira.

As terras foram rapidamente ocupadas pelas forças colonizadoras europeias implementando um sistema de latifúndio e monocultura num vasto domínio rural constituído de terras não cultivadas. No arquipélago, os lugares de destaques eram as roças, onde concentravam o maior número das populações escravas sob o poderio dos colonos. No entanto, os fundamentos do colonialismo eram as roças, administradas na maioria das vezes pela violência colonial.

Depois de alguns anos ficou notável a possibilidade de extrair riqueza no solo são-tomense com as primeiras colheitas do plantio feito em São Tomé. As ilhas sofreram diversas ameaças externas pelas grandes potências europeias (Inglaterra, França e Holanda).

Em 1567, por exemplo, São Tomé foi apossada violentamente pelos franceses. Em meado do século XVI, houve levantes dos escravos provocando instabilidade na ilha num período onde vários colonos abandonaram as ilhas rumo ao Brasil, deixando assim um forte declínio na produção do açúcar. Já no ano 1599 houve sucessivos ataques a São Tomé feito pelos holandeses, deixando o país em sobressalto, tendo assim total controle sobre comércio de açúcar e de escravo no arquipélago. Em 1641, São Tomé estava sobre o domínio holandês até 1648. De acordo com Seibert, “durante a ocupação de São Tomé pelos holandeses, de 1641 a 1648, houve ainda um incremento ligeiro da produção de açúcar, mas a indústria açucareira desapareceu definitivamente na segunda metade do século XVII” (p.2).

Os portugueses com diversas tentativas voltaram a resgatar as ilhas nos finais de 1648. Diante de sucessivos ataques, subitamente a ilha de São Tomé viu-se a necessidade de se transferir a capital para “*Santo António Ilha do Príncipe*” em 1753 onde só retornaria novamente em meado de 1852. Do ponto de vista de Inês Filipa Abreu de Castaño:

É com a transferência da capital que se dá início ao segundo período de colonização de São Tomé, terminado que estava um longo período de instabilidade. Vários factores contribuíram para que se criassem as condições políticas propícias à recolonização, entre eles a independência do Brasil, em 1822, e a abolição do tráfico de escravos nos territórios portugueses, em 1836. As receitas obtidas com o tráfico brasileiro de escravos acabaria por ser investida, em boa parte, na agricultura de plantação em São Tomé, na sequência da introdução do

café, em 1787, e do cacau, em 1822 (no Príncipe), desencadeando a reactivação da exportação em larga escala. (2012, p.33)

A abolição da escravatura se deu em 1876, mas o trabalho escravo contínuo nas ilhas pelo meio de contrato estratificado que durou décadas, onde a economia das roças aceitaram os contratados que vinham de outras colónias portuguesas. No entanto, afirma que, “os trabalhadores contratados criaram no arquipélago uma nova categoria social dentro do sistema de estratificação”. Assim, vamos encontrar o seguinte esclarecimento,

Para o trabalho foi utilizada, em enormes quantidades, a mão de obra escrava, a qual se rebelou diversas vezes contra os desmandos do sistema colonial. Basicamente, a sociedade são-tomense é constituída por grandes proprietários e administradores, pequenos proprietários nativos, trabalhadores rurais e, com o fim da escravidão, serviços contratados, a enorme maioria. (SEIBERT, p.60)

Com o fim da escravidão era esperado que não houvesse mais as práticas do trabalho obrigatório e esforçado, mas com a crise da economia do plantio nesta primeira fase, tudo se transformou. Toda a população que deslocava para roças, perdiam todos os direitos entrando assim na violência dos trabalhos, mas, o contrato veio ‘suavizar’ as relações entre os serviços e os donos da roça. Eram precisas certas dinâmicas por parte dos colonizados para se manterem firme aos desmandos do sistema colonial. Porém, o dominado, como colonizado, internalizavam a dominação. De acordo ainda com o autor, “com o incremento da população escrava aumentou também o número de escravos que fugiram para a inacessível floresta densa no interior montanhoso da ilha” (p.2). Porém,

o fim da escravidão não implicou necessariamente o abandono de formas de trabalho compulsório, nem sequer apronta adoção do trabalho assalariado, apenas elas passaram a ser feitas em menor ou maior medida por homens livres, fossem imigrantes ou trabalhadores nacionais incluindo aí os antigos escravos (NETO, p.9).

As populações serviços sofreram bastante deixando marcas dos castigos e maus tratos. Muitos trabalhadores que vinham contratados dos países africanos como: Cabo verde, Moçambique, Angola - os mulatos ou aqueles de pele mais clara não iam para as roças, mostrando a força do racismo. Em algumas alternativas os escravos alforriados eram contratados para seguir os nacionais e não só, reinando roças e acirrando as hostilidades dos foros para com os contratados. A propósito disto:

a luta contra a escravidão e o fim do regime legal assentado no trabalho escravo não foi resultado de incompatibilidade econômica da escravidão com a racionalidade econômica do capitalismo industrializado, não sendo, portanto, a razão para o término da

escravidão sua inviabilidade econômica, mas sua insustentabilidade política que, por conseguinte, o tornou cronicamente inviável como regime econômico. (NETO, p.9)

A formação de uma estrutura política própria era fundamental para o arquipélago, mudaria os sistemas das hostilidades e daria uma maior capacidade organizacional que viria a controlar a economia e o meio social, dando assim uma maior margem de progressão para a formação e construção do arquipélago. Era importante também a criação de um processo para transição de ordem política na época sendo que a sociedade são-tomense era pouco desenvolvida: “São Tomé era uma sociedade plural na qual os diferentes grupos estavam estritamente estratificados e divididos de acordo com as suas características sócio-culturais e a altura da sua chegada ao arquipélago”. (SEIBERT, p.60)

Porém, era preciso acabar com as explorações, dar melhoramento e investir no setor agrícola, sendo que os trabalhos nas roças eram mais viáveis para garantir a economia sustentável para a construção e desenvolvimento do arquipélago.

3 MOVIMENTOS SOCIAIS E LUTA PELA INDEPENDÊNCIA: O MASSACRE DE 1953 E SUAS RELAÇÕES COM A FUNDAÇÃO DO CLSTP

Com o fim da Segunda Guerra Mundial foram muitos anos de luta, abriu-se a corrente para libertação dos povos nacionalistas, efetivamente, neste mesmo período os movimentos africanos que atuavam na Europa em prol da corrente nacionalista tiveram um longo percurso, até chegar a África, conforme nos indica uma passagem da obra *O percurso da Ilha do Príncipe*:

Aliada a corrente nacionalista, surge outra corrente cultural e de dignificação africana e do homem negro, a Negritude [...] foi promovida e divulgada pelos líderes, das independências, que serviu para cimentar a consciência nacional e o orgulho de ser negro, o que originou forças políticas de pressão contra os regimes coloniais. (UMBELINA, 2012, p.93)

Ao lado disso, entretanto, temos a figura de um intelectual ou poeta desses primeiros tempos que, de certa forma, ilustra as contradições políticas que seriam pauta no futuro são-tomense, onde havia um sentimento de orgulho racial e conscientização

do valor e da riqueza cultural: “Tenreiro¹ viu a Negritude apenas como movimento cultural para a emancipação do negro, mas não aceitou o seu impacto político”. (SEIBERT, 2008, p.12).

Durante séculos a poluição são-tomense teve um papel fundamental na resistência à presença colonial, na época, e para que estes efeitos fossem alcançados tiveram que organizar no ano 1960, um comitê que iria conduzir este processo em busca da sua “*libertação*” rumo à “*independência*” para tornar o país numa república democrática. Segundo Nascimento, “a luta pela independência é recorrentemente exemplificada com a alusão à resistência dos ilhéus à opressão colonial, concretamente ao trabalho nas roças” (2011, p.172).

Este processo se deu com o empenho dos estudantes e os intelectuais que estavam na Europa que abdicaram da coesão nacionalista para configurar uma luta não armada em prol da independência. “Mais particularmente, o nacionalismo e a necessidade de independência foram amiúde referidos ao massacre de 1953” (2011, p.172). Desta forma, foram pela via política, achando assim, o que foi entendido com o melhor caminho, entendendo caminho como o percurso com que os intelectuais são-tomenses na altura seguiram ou utilizaram para alcançar a sua independência, logo, caminho neste contexto é visto como uma alternativa à política, isto é, fizeram da política um caminho para alcançar a independência, diferenciando-se portanto dos casos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, que optaram também pela luta armada em seus territórios.

Estando São Tomé e Príncipe sobre domínio colonial, a população era obrigada a trabalhar arduamente contra sua própria vontade para satisfazer a vontade dos seus patrões sob forma de contrato, na maioria das vezes.

Para amenizar este problema, de uma forma geral, na época, os trabalhadores são-tomense eram massacrados pelos seus patrões pela dureza do seu coração. Mas, pela imensa tentativa de resistência dos servos aos trabalhos esforçados vistos como coerção, contrato seria uma solução para colocar fim aos trabalhos esforçados aos trabalhadores

¹Francisco José Tenreiro (1921-1963) foi um intelectual geógrafo e poeta são-tomense, foi docente no Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina da Universidade de Lisboa. Autor das obras: *A Ilha de São Tomé* (Estudo Geográfico), 1961. *Ilha do Nome Santo*, 1942 e *Coração em África*, 1967. E também com dezenas de artigos e ensaios científicos (sobre geografia, sociologia, antropologia, história, crítica literária). Cf. MATA, I. (2010)

são-tomenses, ou seja, seria um suporte ou pacto entre o servo e seu patrão onde vinha amenizar quase todos os problemas e dariam um maior controle no trabalho a favor dos trabalhadores. Porém, com o contrato os trabalhadores são-tomenses já não ficariam tão compelidos como naquela época, pois trabalhariam de forma regular.

Depois da independência contrato veio suavizar as demandas abusivas do poder colonial na época, dando abertura para uma melhor forma de exercer os trabalhos na roça. Portanto, de todas as perspectivas, contrato também era uma forma dos trabalhadores conseguir alguns direitos como: ter menos horas de trabalho e ter no mínimo um salário.

Mas, inicialmente as reivindicações de formas de trabalho mais justas, nunca foram aceites pelos colonos, principalmente pelo governador Carlos Gorgulho (1945-1953)², uma das forças poderosíssimas da era colonial, que durante estas contestações da população são-tomense, ordena o estabelecimento da ordem aos policiais indígenas, apoiados pelos colonos contratados para reprimir os trabalhadores são-tomenses. Por consequência disto, no início as contestações da população são-tomense não foram aceites, isto porque a maior parte das populações nativas encontravam-se ou faziam parte das atividades econômicas do país, daí, o enorme prejuízo do ponto de vista econômico e financeiro ao governo português.

² Carlos Gorgulho (1945-1953) foi Comandante do Corpo de Polícia de Segurança Pública de 05-MAR-1937 a 31-JUL-1939, foi posteriormente governador de S. Tomé e Príncipe (1945-1953) tendo sido responsável pelo chamado “massacre de Batepá, em 3 de Fevereiro de 1953” onde terão morrido cerca de mil negros às mãos dos colonos, chacinados e atirados ao mar seguindo a ordem directa do governador”. “Muitos foram abatidos a tiro, em verdadeiras caçadas levadas a cabo por milícias de voluntários. Diversos foram queimados. Alguns morreram asfixiados em celas demasiado pequenas para o número de presos que continham. Muitos foram sujeitos a trabalhos forçados na praia de Fernão Dias. Um dos castigos consistia em «vazar o mar»: presos com correntes, eram obrigados a entrar no mar para encher grandes selhas de água salgada, apenas para as despejar em terra, pouco depois. Interrogados sob tortura, chicoteados, submetidos à utilização de uma cadeira eléctrica, os presos eram obrigados a confessar o seu envolvimento numa revolta que pretendia matar o governador e os colonos e distribuir entre si as mulheres brancas. Mais tarde, a própria PIDE havia de negar a existência da conspiração referida pelo governador.” ANDRINGA, Diana (2009). O Massacre de Batepá. Disponível em: <http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/02/04/o-massacre-de-batepa/>. Acesso em: dez. 2016.

⁴ Massacre de Sharpeville² (África do Sul) ocorreu no dia 21 de Março de 1960 em Sharpeville, na província de Gauteng, África do Sul, um protesto realizado pelo Congresso Pan-Africano contra a Lie de Passe um documento que detalhava onde os negros podiam ir. Caso os negros não apresentassem o passe, eles eram sumariamente detidos. Durante o protesto pacífico, foram reprimidos pela policia sul-africana com arma de fogo provocando a morte de 69 pessoas e ferindo cerca de 180. Cf. Por dentro da África (2015). Disponível em: <http://www.pordentrodaafrica.com/noticias/por-dentro-da-historia-o-massacre-de-sharpeville-durante-o-apartheid/>. Acesso em: dez. 2016.

Concernentemente a esta consequência ocorre o sangrento massacre de Batepá em 3 de Fevereiro de 1953, quando muitos são-tomenses foram torturados e espancados até a morte. Daí que efetivamente, este bárbaro acontecimento veio a fortalecer ainda mais a população são-tomense que saiu às ruas em busca da independência, conforme nos explica Seibert, “o massacre foi uma das acções mais violentas contra civis do colonialismo moderno português, porém, o número de pessoas inocentes e indefesas massacradas era mais provavelmente nas centenas” (2008, p.4).

Sempre houve uma pequena contrariedade em relação aos números dos africanos mortos no massacre de 3 de Fevereiro de 1953, isto é, “mais africanos foram mortos neste massacre em São Tomé do que em Sharpeville⁴ (África do Sul), em 1960. Seibert comenta estas diferenças em relação aos números dos são-tomenses mortos no massacre:

Burness afirma duas vezes que 1000 são-tomenses tinham sido mortos durante o massacre e uma vez até cita o número de 1032 mortos, que apareceu pela primeira vez numa revista cubana em 1969. (...). Numa situação de matanças arbitrárias, é impossível indicar números exactos. Por isso, fosse qual fosse o verdadeiro número das vítimas mortais em 1953, como eu sempre argumentei, o número 1032 devia ser interpretado antes como um símbolo em vez de um dado exacto, pois os últimos dois dígitos indicam o dia e o mês em 1953 quando começou a onda de violência (3 de Fevereiro). (p.3-4)

Diante destas anomalias em relação à divulgação dos números dos são-tomenses mortos, nunca ficou provado um número exato do mais sangrento massacre de 1953, onde muitos andavam a especular e continuam especulando até atualidade.

Concernentemente ao processo organizacional dos são-tomenses no país, deu-se abertura para que os estudantes e intelectuais que atuavam na Europa com sentido único em organizarem uma força política para lutarem em prol da sua independência diante das colónias portuguesas.

Por que razão São Tomé e Príncipe não optou pela luta armada para alcançar a independência? Será que foi a melhor alternativa não ir pelo campo de guerrilha? Diante de certas atrocidades que assolavam o país, acharam por bem uma luta organizada e preferencialmente política, porque sabiam que as ilhas não tinham bagagem suficiente para entrar em guerrilha com estado Português. Neste sentido, Umbelina sintetiza que foi:

Devido a pequinês e insularidade das Ilhas de S. Tomé e Príncipe, não se propôs para a guerra de guerrilha, como alternativa, foi encontrada a via política de pressão ao Estado Português, foi criada em S. Tomé e Príncipe uma organização clandestina, o Comité de Libertação de S. Tomé e Príncipe (CLSTP), em Setembro de 1960, por um grupo de patriotas de várias origens sociais, norteadas pelo desejo de lutar para a libertação da sua terra do jugo colonial. (2012, p.94)

Entretanto, diante deste processo, os representantes do CLSTP passaram a mobilizar os são-tomenses para saírem às ruas numa marcha passiva, protestando contra os maus tratos que estavam a sofrer e principalmente contra os assassinatos de 1953 pelas milícias e governadores, pedindo assim sua liberdade.

4 A CRIAÇÃO DO CLSTP E A SUA TRANSIÇÃO PARA MLSTP

No ano de 1960 muitos dos países africanos estavam lutando pela sua independência, neste momento é que surge o CLSTP - Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe - com enorme vontade dos cidadãos nacionais de lutar em prol do seu objetivo que era a sua libertação e independência depois dos acontecimentos de 53. Portanto, foi em Setembro de 1960, que criaram no arquipélago esta organização política pelos grupos com tendências socialistas, e desejo acrescido de lutar para a libertação do território.

Diante deste processo, foi criada pelos colonialistas portugueses algumas ações divisionistas, com intuito de travar as ações desenvolvidas pelo CLSTP. Sendo assim, os são-tomenses sentiram-se na obrigação de se associar aos demais países que estavam nesta luta como: Moçambique, Cabo Verde, Angola etc., no sentido de reforçar sua conjuntura num ato solidário. Mas, o objetivo principal desta organização como citada mais acima era a independência, para acabar com a exploração do sistema colonial e os trabalhos forçados nas roças.

Neste âmbito, o governo português sentiu-se ameaçado pelo facto de São Tomé e Príncipe ter se associado aos demais países que estavam a lutar pela sua independência, prevendo assim enormes prejuízos a nível económico e financeiro uma vez que o maior objetivo do governo português era obter o máximo de lucros nas

plantações, com uma mão-de-obra livre que tinha das populações nativas, e também porque, se elas partissem pela revolta sob insatisfação dos trabalhos esforçados que vinham desempenhando, reduziriam as suas economias; logo, reforçou as suas forças repressivas para travar todas as ações provida pelo CLSTP. Por outro lado, diante deste paradigma, o CLSTP viu-se obrigado a manter-se clandestino por algum tempo, mas, sempre procurando alternativas, com potencialidades politizadas para a sua configuração.

Desse modo, com pertinaz insistência clandestina, mesmo com o país subordinado, “nos fins de 1960, CLSTP guiado pelo Tomás de Medeiros³ e Hugo de Menezes⁴, instala-se em Conakry, capital da República da Guiné, e em 1961 passa para Liberville, em Gabão” (UMBELINA, 2012, p. 94).

Foi com efeito a esta mudança que a sede desta organização começou a funcionar no exterior. No entanto, o CLSTP não estando sozinho nesta luta, contou com o apoio do presidente do Gana na altura Kwame Nkrumah⁵ e também de outras organizações que atuavam na Europa, como a CONCP⁶ - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas criada em abril de 1961.

Além disso, pela sua eficácia política, nos finais de 1962, a situação colonial de São Tomé e Príncipe foi debatida de forma legal e na mais alta instância internacional, em Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova York. Segundo Umbelina (2012), nos anos 1962 a 1964, o CLSTP participou em diversas

³ Tomás de Medeiros (1931), importante poeta, formado em Medicina, trabalhou como locutor na Rádio de Moscovo, foi Secretário-geral dos Estudantes Africanos na Europa, Secretário-geral dos Estudantes Africanos na União Soviética, colaborador da Academia da Ciências e investigador numa biblioteca. Fez diversos cursos de formação política: cursou Academia política, História do Partido, Marxismo e Leninismo e o curso de Medicina Militar. Foi Médico militar dos refugiados, professor de instrução revolucionária.

⁴ Hugo de Menezes (1928- 2000) formado em medicina pela Faculdade de Lisboa. Um dos fundadores do MPLA (movimento popular de libertação de Angola). Foi também um dos fundadores do CLSTP (Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe).

⁵ Kwame Nkrumah (1909-1972) foi um líder político africano, um dos fundadores do Pan-Africanismo. Foi ex-primeiro-ministro de Gana entre 1957 e 1960 e presidente de Gana de 1960 a 1966. Estudou nas Universidades de Lincoln e Pensilvânia, onde foi presidente da Associação de Estudantes Africanos dos Estados Unidos e Canadá. Teve uma enorme importância no contexto africano, por desenvolver grandes atividades em várias organizações da África Ocidental, e também por ter apoiado a unidade de Congo, em 1960, na Conferência Pan-Africana de Leopoldville. Neste mesmo ano, afirmou a federação das repúblicas de Guiné, Mali e Gana, que tornaram Estado oficial, em 1961. Disponível em: <http://www.ahistoria.com.br/biografia-de-kwame-nkrumah/>. Acesso em: abr. 2017

⁶ A Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP) foi fundada em 18 de Abril de 1961, em Casablanca, Marrocos, foi um organismo de coordenação internacional entre determinados movimentos nacionalistas das então colônias portuguesas, tendo substituído uma frente pré-existente, a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN).

conferências organizadas pela Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP), e foi admitido como uma força representativa do povo são-tomense pela Organização da Unidade Africana (OUA). Concernente, a esta organização do CLSTP que lutaria para a libertação de São Tomé e Príncipe, deu-se por terra com o golpe de estado em Conakry, afastando assim a grande força política de apoio que foi a de Kwame Nkrumah.

Ademais, neste sentido, o CLSTP já tinha conflitos internos com dois dos membros que queriam lugar de destaque internacionalmente na luta pela independência Hugo de Menezes e Tomás de Medeiros. Desta forma, foi criado um novo CLSTP ficando assim como uma espécie de CLSTP2, que era chefiado por Carlos Graça (1931-2013)⁷ e Miguel Trovoada (1936)⁸, em Acra, Gana” para dar continuidade a luta de libertação de São Tomé e Príncipe.

O comitê teve momentos difíceis internamente nos finais de 1962, que se prolongaram até 1972. Estes momentos difíceis deviam-se a situação insular das ilhas e também a natureza fascista do colonialismo português, isto porque, havia fraco conhecimento dos elementos do comitê na formação e organização clandestina de luta política, não abdicavam de uma boa experiência política, ou seja, a experiência política era muito fraca.

Importa dizer ainda que neste mesmo período o CLSTP viu todas as suas atividades estagnarem-se devido aos conflitos internos. Estes conflitos internos surgiam na base em que os líderes de CLSTP (Hugo de Menezes e Tomás de Medeiros) tinham objetivos diferente para dar continuidade a luta de libertação de São Tomé e Príncipe. No entanto, para um só interessava sobressair e o outro querendo assumir o protagonismo. De todas as formas os dois queriam lugar de destaque e ser reconhecido mundialmente. Contudo, diante de certas responsabilidades e pressão do governo português aos nacionalistas são-tomenses no país, as esperanças da população debruçavam-se nos intelectuais que residiam no exterior. Diante deste cenário, “em 12

⁷Carlos Graça (1931-2013) foi médico, político e escritor são-tomense. Estava na frente do Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP) em Libreville (Gabão), participou das lutas políticas pela libertação de São Tomé e Príncipe, tendo sido co-fundador do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) em 1972.

⁸Miguel Trovoada (1936) formado em direito, foi um dos que deu seu contributo para fundação do Comité pela Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), que mais tarde viria a transformar em Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) em 1972. Foi primeiro-ministro de São Tomé e Príncipe entre 1975 e 1979 e, mais tarde, presidente, de 1991 a 2001.

de Julho de 1972 na Conferência de S. Isabel (Guiné Equatorial), O CLSTP passou-se a designar MLSTP (Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe)” (UMBELINA, p.92).

Importa dizer ainda que a transformação do CLSTP para MLSTP se deu numa conferência organizada na capital da Guiné Equatorial em 1972, pelo fato de ter entrado novos membros para este comité. De certa forma com entrada de novos membros a organização passou de um nível para outro, logo, houve a necessidade de fazer esta transformação. Portanto, com essa transformação do CLSTP para MLSTP nesta conferência, a sede da organização foi estabelecida em S. Isabel. O MLSTP passou a ser a única força representativa do povo são-tomense, não obstante, crescia ainda mais a esperança dos jovens durante as manifestações organizadas para lutarem contra a força colonizadora para tomada da independência.

5 ESTABELECIMENTO DA DATA PARA TOMADA DA INDEPENDÊNCIA (ACORDO DE ARGEL EM 1974)

Depois da revolução de 25 de abril de 1974, conhecida como a Revolução de Cravo, houve mudanças e afastamento radicalizado, em Portugal. Foi daí que o CLSTP se escapuliu da clandestinidade, logo, todas as manobras do regime da ditadura que existiam em São Tomé e Príncipe foram “exoneradas” pela revolução de 25 de abril.

Em seguida este movimento proclamou alguns direitos que mudariam logo a situação do país e também, sendo que abriria as portas de certo modo à realizações de reuniões e direito de reivindicações ao comité para dar continuidade das suas lutas para a proclamação da independência. Ao lado disso, de certa forma a transição do CLSTP para MLSTP foi com objetivo de lutar pela sua libertação e independência do jugo colonial português, que nunca foi fácil. Este movimento teve um caminho longo até alcançar a libertação do seu povo; caminho estes de muita persistência sobretudo os esforços que faziam para manter sempre viva a chama e esperança nas organizações clandestinas. Todo este esforço alcançado foi através da luta política organizada pelo MLSTP devido a garra e o empenho do seu povo, com os acordos alcançados na Revolução dos Cravos em 25 de abril de 1974 e com as ajuda das organizações que atuavam na Europa, os seus principais objetivos foram atingidos.

Com acordo realizado entre o CLSTP e o Governo Português, de 23 a 26 de Novembro de 1974, em Argel, ficou estabelecida a data da tomada da independência de São Tomé e Príncipe para 12 de Julho de 1975. Este facto se consumou depois de uma reunião que decorreu em Argel onde o Governo Português tinha como seu representante Almeida Santos, Ministro de Administração Interna, e o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) tinha como representante Miguel Trovoada, Secretário para as Relações Exteriores do movimento, que discutiram e concluíram o acordo visando a transição para a independência de São Tomé e Príncipe.

Diante destas conversações que durou três dias na capital de Argélia, o acordo entre o Governo português e o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, definiram vários órgãos em prol da Independência. Nesse sentido, segundo Umbelina, no que tange a estes órgãos, era preciso inicialmente

- a) “Um Alto Comissário – Nomeado pelo Presidente da República Portuguesa, com a atribuição de representar a República Portuguesa e o Governo Português em S. Tomé e Príncipe e promulgar decretos-lei aprovados pelo Governo de Transição.
- b) Um Governo de Transição – Com a seguinte composição. Um Primeiro Ministro nomeado por MLSTP, e mais quatro Ministros nomeados por MLATP.
- c) Um Ministro nomeado por Presidente da República Portuguesa – Com a função de estabelecer a ligação entre o Governo de Transição e o Alto Comissário”. (2012, p.100)

Diante destas negociações, também ficaram acordadas que as Forças Armadas que se encontravam no território nacional, ficariam dependentes do Alto Comissário; e as forças armadas policiais ficariam dependentes do Primeiro Ministro. Todavia, concernente ao mesmo acordo, criou-se um governo heterogéneo com a maioritária dos elementos do MLSTP para governar as Ilhas. A construção de um Banco Nacional com competências comerciais, em que o Governo Português transferisse para este Banco todo ativo e passivo do Banco Nacional Ultramarino, e também, com a evacuação de até 30 dias depois da Independência, de todos os membros das Forças Armadas que estavam ali sediadas, conforme nos esclarece Umbelina (2012, p.101).

Porém, com o acordo estabelecido “o governo de transição prepara as eleições em 7 de julho de 1975”, com o acordo mediado pelas autoridades argelinas, em seguida foram aprovadas pelos membros do Estado português. Segundo Agência Noticiosa de São Tomé e Príncipe,⁹ “nas circunstâncias, General Costa Gomes e o secretário geral do MLSTP, Manuel Pinto da Costa, que, viria a tornar-se primeiro Presidente da República do novo Estado de São Tomé e Príncipe”, com uma Assembleia Representativa do povo são-tomense, e elaboração de uma futura Constituição do Estado para um São Tomé e Príncipe (2012, p. 100-101).

É de frisar ainda que para obtenção destas conquistas todas, o apoio popular ao Movimento também teve grande contribuição para que a causa e os acordos pudessem ser postos em prática.

6 O LUGAR DA RELIGIÃO NO PERÍODO COLONIAL E NO PÓS-INDEPENDÊNCIA PARA ORGANIZAÇÃO DAS ILHAS

Para situar um tanto as mudanças exigidas antes e após a independência, vale dizer do lugar da religião na sociedade e de suas tensões, como exemplo aqui entreposto, de como outras forças, além dos movimentos sociais e políticos, e até mesmo do contexto internacional, podem ter colaborado para a transição democrática em São Tomé e Príncipe.

Durante muitos anos, São Tomé e Príncipe esteve num movimento contínuo de organização política, e a religião destacava-se neste processo organizacional do país como pressuposto de superação. Em virtude de permanecer as formas de resistências e as forças ligadas ao colonialismo durante muitos anos, as ilhas de São Tomé e Príncipe eram consideradas como de matriz de religião europeia, antes da Independência, contudo a “primeira característica principal da Religião é negativa pois lida com o invisível, a religião lida com o que não pode ser empiricamente verificado” (SEMEDO, 2008, p. 133 *apud* BURKERT; 2001, 19).

⁹ Disponível em: <http://www.stp-press.st/stp-press210030.htm>. Acesso em: dez. 2016.

Enquanto que por um lado procurava-se compreender a natureza da religião na época, por outro lado tentavam emergir na mais alta modernidade o seu enraizamento.

[...] sobre o enraizamento da religião, com que os colonialistas se compraziam, era superficial. Mas foi também em função dele que os independentistas pensaram na mudança social e cultural da sua terra. Para estes, o desígnio de transformação cultural sob a batuta da sua ideologia, julgada suficiente para erradicar a religião e para modernizar a vida, parecia bem mais importante do que as crenças (de origem africana ou europeia) dos seus concidadãos. (NASCIMENTO, 2013 p.1)

Quotidianamente, as pregações populares católicas, que eram praticadas pelas religiões da matriz europeia em São Tomé e Príncipe, estabeleceram-se dando certas seguranças a época colonial adquirida no Arquipélago, sendo que não se manifestava violentamente nos pressupostos ideológicos governamentais independentistas em que a sua grandeza só foi resgatada depois da independência.

No horizonte do colonialismo maioria parte dos crentes são-tomenses receberam o sacramento do batismo, mas não faziam prevalecer os dogmas e preceitos da doutrina religiosa recebida no batismo. Por conseguinte, Semedo defende que, “os dogmas religiosos e a sua interpretação são partes integrantes das visões do mundo, o que torna necessário compreendê-los para compreendermos o comportamento dos indivíduos e dos grupos e, a partir deste pressuposto”. (2008, p. 137). No entanto, “em contrapartida, não sabemos o que pensariam os ilhéus acerca do ateísmo e da dissolução de costumes dos europeus, pecados mascarados pela identificação destes com a nação colonizadora e pela colagem das autoridades coloniais à religião”. (NASCIMENTO, 2013 p.1).

Era preocupante para a população das ilhas, uma vez que mesmo sendo batizados alguns não davam importância ao sacramento recebido, negando categoricamente a existência de Deus. Como ficaria o país acerca do ateísmo e da dissolução de costumes dos europeus? Para obtermos resposta a esta questão era preciso primeiramente compreender a realidade da religião na altura, porém, tornaria muito difícil compactuar com esta dissolução, embora o país estaria na sua fase de construção. Além disso, embora não sendo muito evidente,

Sabemos, sim, que a religião católica constituiu um traço de distinção dos ilhéus face aos outros africanos, os serviçais importados e contratados para trabalhar nas roças. Por isso, durante anos, os serviçais estiveram apartados das festas dos oragos e mais celebrações religiosas. Os ilhéus eram devotos, mais do que os europeus, mas nem por isso viam mais considerada a sua religiosidade, facto devido à sua

secundarização económica e social, na qual sobranceiramente os europeus fundavam o seu depreciativo juízo moral sobre os ilhéus, que, evidentemente, não aplicavam a si próprios. (2013 p.1).

Mesmo assim, os são-tomenses nunca baixaram os braços, sempre foram pragmáticos, fazendo acontecer boas obras, realizando no ano 1948, por exemplo, diversas atividades culturais e religiosas com celebração das festas santas e padroeiras em diversos pontos do arquipélago.

Nascimento defende que embora os povos dos ilhéus não estavam satisfeitos com o Padre Nascimento Neto com o modo das suas pregações religiosas, isto porque na altura a religião não era subentendida com a política, entretanto isto só veio figurar-se, a partir do seguinte contexto:

aquando da independência, a remoção do padre Sacramento Neto indiciou que o MLSTP queria e julgava possível arrear o obscurantismo da religião conotada com o colonialismo. Porém, não poderia haver nada de mais ilusório no tocante ao catolicismo, erroneamente relacionado com a mera lealdade política ao colono. (2013 p.3)

Depois de 1975, abriram-se novas janelas dando ao povo são-tomense total liberdade para que pudesse declarar publicamente a sua religião. Desta forma acataram logo a possibilidade de apresentar ao povo são-tomense os melhores pressupostos para se desfazer dos padrões coloniais, sendo que não teriam nenhum benefício em deixar ser dominado passivamente. “O MLSTP sentiu-se à vontade para propor aos são-tomenses, católicos incluídos, a redenção da ex-condição de colonizados pela entrega à realização de um novo colectivo e, qual sorte de expiação, através da renúncia aos bens terrenos”. (2013 p.3).

O novo órgão do poder governamental, tentou implantar novos sistemas para tentar garantir todas as manifestações a nível social, porém, não tentou obter estas manifestações a nível religioso, sendo que tentou manter-se coesa não entrando em conflito com o advento do passado, tornando um caso de disputa para o atual Movimento de libertação de São Tomé e Príncipe. Entretanto, Nascimento mostra-nos que

A ideologia e as inércias do poder cegaram os dirigentes, que se recusaram a admitir a profundidade da religiosidade com que se deparavam. Ainda assim, tal cegueira não iria sem incómodos porque algumas crenças e certos medos deviam resistir e, quiçá, tocá-los, mesmo se a ofensiva com os dispositivos coercivos e a adjectivação depreciativa relativa ao obscurantismo do legado colonial, religião

inclusa, conferiam ânimo aos mandantes. Com efeito, a subjugação da Igreja e ocasionais prisões de curandeiros e feiticeiros ajudariam a debelar receios de governantes, alguns deles aprendizes de marxistas, que, talvez por isso, se revelavam ciosos e convictos da nova “fé”. (2013 p.3-4)

Na era pós-independência, era eminente os conflitos entre a política e a religião sendo que muitos dirigentes não aceitavam reconverter. Segundo Nascimento (2013), queda por saber o que é que esta mudança de visão do mundo traz no tocante ao devir do arquipélago e dos ilhéus ou, noutros termos, às práticas políticas. Além das diversas ações ocorridas durante a época, a religião sempre se manteve prudente, mostrando a sua marca com as pregações religiosas e culturística que eram eminentes e complexas aquando que cada um tinha os mais variados credos - esta suposta ideologia era provável acontecer porque muitos cidadãos vindo de outras origens, perfilavam pelo território de São Tomé e Príncipe. (cf.2013, p.4)

O MLSTP e os seus governantes tentaram controlar as pequenas falhas ocorridas do efeito de reconversão dos fieis católicos, defendendo a absoluta liberdade dos fieis. Dessa forma, a religião é um património que teve o poder de agrupar as melhores ações em prol de aproximação e a organização da sociedade em momentos importantes para o processo democrático.

7 PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA E DEMOCRACIA (1975/1990)

A Independência é vista como um dos fatos históricos mais importante para o país e principalmente na vida dos são-tomenses. Com ela, ficou marcado o fim do colonialismo e da dominação portuguesa. “Foram mais de cinco séculos de colonização marcada por roubos, massacres, prisões, desterros, humilhação etc., que foram infligidos pelos colonizadores portugueses as populações de São Tomé e Príncipe” (SANTOS, 2005, p.11).

Em 12 de julho de 1975, foi proclamada a criação do estado de São Tomé e Príncipe, a Independência pelo Nuno Xavier Dias, depois do acordo de Argel. Após a proclamação da Independência, São Tomé e Príncipe tornou-se numa república independente, com a nomeação de Manuel Pinto da Costa para Chefe do Estado. A seguir, instaurou-se um sistema uni-partidário, chefiado pelo Manuel Pinto da Costa e

seus elencos durante quinze anos. Nestes quinze anos, o país viveu momentos políticos conturbados,

Foram tempos bastante difíceis para os são-tomenses, que foram vítimas de permanente desmandos, perseguições, fome, doenças, prisões, etc., até que através de pertinaz resistências e luta política desalojaram do poder o MLSTP, e inauguraram em São Tomé e Príncipe o sistema de democracia multipartidária (que vigora até hoje), após as primeiras eleições livres que ocorreram no dia 20 de Janeiro de 1991. (2005, p.12)

Na visão de Sen, “o funcionamento da democracia e dos direitos políticos pode até mesmo ajudar a impedir a ocorrência de fomes coletivas e outros desastres econômicos” (2010, p.30). De certa forma, com todas estas dificuldades que o país carecia na altura, nunca deixaram de lutar em prol de estabilidade política e socio-económica. Portanto, os povos são-tomenses nunca abaixaram os braços, sempre aprimoraram com pertinaz resistência para almejar uma democracia e direitos políticos que desse uma sustentabilidade ao país.

Mas, era preciso pessoas responsáveis para assumir o Poder do Estado São-tomense, pessoas para organizar as ilhas. Todavia, tornou-se impressionante aos olhos que efetivamente durante quinze anos isso não aconteceu com a tomada da Independência do país na liderança do (MLSTP).

São Tomé e Príncipe foi um dos últimos países da ex-colónia Portuguesa a conquistar a sua Independência. Foi também um dos países a não realizar o método das eleições livre na altura para escolher quem iria governar as ilhas. Porém, concernente ao resultado do acordo de Argel foi assentado em São Tomé e Príncipe um governo de transição para assegurar a direção do país até a data estabelecida no acordo para tomada da independência nacional que seria em 12 de julho de 1975. As atividades do governo de transição iniciaram em 21 de Dezembro de 1974, mas era curto o prazo. Neste governo elencavam-se são-tomenses e portugueses, sendo que depois de terminar este prazo todos os poderes alcançados pertenceriam ou seriam transferido para MLSTP.

Com a instalação do Governo de transição em São Tomé Príncipe marca o fim da dominação colonial. Mas, nesta mesma época, a situação política não estava favorável, logo exigiu que o MLSTP fortalecesse as suas conjunturas políticas para exercício do poder em 12 de julho 1975. Foi preciso um rápido trabalho para reforçar a unidade nacional visto que estava a vista a formação de uma nova sociedade, mas isto

não foi possível devido as inimizades que haviam entre os patriotas. Em Março de 1974 chegou Manuel Pinto da Costa (Secretário Geral do MLSTP) na capital do país. Entretanto, como referido mais acima era difícil formar uma nova sociedade com tantas inimizades que existiam entre os patriotas. Mas, com a chegada do Secretário Geral do MLSTP, Manuel Pinto da Costa, este desenvolveu diversas ações de mobilização para acabar com a inimizade entre os patriotas e promover uma tentativa de unidade. Diante destas ações foi desenvolvido um grande trabalho por ele, isto é, ficou um critério preestabelecido deixando assim um clima adequado a todos os cidadãos e em todas as camadas sociais. Novamente, a questão da articulação política foi fundamental.

Efetivamente foi assim que escolheram Manuel Pinto da Costa para ser o primeiro chefe de Estado do país. Depois de alguns anos, no entanto, foram privados aos cidadãos nacionais várias ações de liberdade. Assim, considera Sen (2010) que, “no que se refere a outras privações de liberdade, a um número enorme de pessoas em diversos países do mundo são sistematicamente negados a liberdade política e os direitos civis básicos” (2010, p.30), um ato mais do que provável vivido no país a uma década e meia liderado pelo Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP).

Durante o processo da constituição do Estado do Direito Democrático do país, deparamos com um caso curioso. Com diversas lutas políticas repeliram do poder o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), e instaurou-se no país o sistema da democracia multipartidária, após as eleições de 1991. A propósito disto, o país conheceu um período marcado por diversos conflitos políticos e socio-económicos. Efetivamente, com abertura política democrática e multipartidária até a presente data nenhum partido político eleito democraticamente conseguiu cumprir a sua legislatura constitucional de quatro anos, porque sempre houve demandas viciosas de instabilidade.

Todas estas burocracias vêm vitimando sempre o país e principalmente a população que sem muitas vezes perceber acabam sendo penalizadas, sacrificada por interesses dos dirigentes partidários, sendo assim, a oposição como; MLSTP/PSD (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Socialista Democrático) e CÓDÓ (Coligação de São Tomé e Príncipe) que detinham acento parlamentar na altura. Eles eram os principais elementos que mais criam instabilidade, com objetivo

acrescidos em querer a perda do mandato eletivo dos políticos que não estão cumprindo com as promessas feitas e, ao mesmo tempo não estão a serem fieis aos seus ideais ou que solicitaram a sua desfiliação durante o exercício do cargo político.

Muitas vezes, não só a oposição vai querer o boicote dos dirigentes partidários, mas sim, por outro lado da moeda, estão os próprios militantes do partido em governabilidade sendo mistificado pelos dirigentes partidários da oposição, querendo a queda do governo só por não cumprirem com o prometido durante o período eleitoral. O que fazer para acabar com estas situações de mistificação a nível da política são-tomense? Podemos afirmar que diante destas situações de jogos de interesse a nível partidário ou político, o desenvolvimento acaba por ficar distante da realidade, o que corrobora para uma estagnação do processo democrático.

Em consequência disto, numa perspectiva mais vigente e com intuito de formar uma nação com um espírito compreensivo a nível político ou partidário, para que o país atinja o seu desenvolvimento e que o partido em sua governabilidade termine a sua legislatura de 4 anos, só ganhando as eleições com a maioria absoluta, ou seja ter o maior número de deputados na casa parlamentar.

Através de pertinaz resistência e luta política, no ano 1985 deu-se abertura ao processo democrático em São Tomé e Príncipe no próprio seio do (MLSTP), num regime monopartidário na altura pelo (Chefe do Estado, Presidente do Governo, comandante em Chefe das Forças Armadas), sendo único que detinha de todos estes poderes; porque lhe cabia o papel de Principal Chefe do Estado do país tanto judicial quanto administrativo. (cf. JORNAL DE ANGOLA, 2016)

De acordo com Jornal de Angola (2016), com abertura do processo democrático, eram criados conjuntos de valores e princípios, para seguirem com maior participação de igualdade, desenvolvimento e segurança. Nos outros países africanos de língua Portuguesa também não fugiam à regra. Esta abertura centrava-se na liberdade de expressão dos povos são-tomenses, ligado ao Estado de Direito. Com estas evoluções democráticas o Estado são-tomense era super-proprietário.

Assim, o Jornal de Angola (2016) nos indica que, diante desta abertura de 1985, o Estado deu um grande avanço. Em 1986-1987, o estado afastou-se das empresas nacionalistas, com objetivo de melhoria, dando assim ensejos ao aparecimento de novas classes empresariais. Nos anos coloniais, não havia estas oportunidades, elas

começaram a surgir no plano de desenvolvimento do país. Os primeiros passos deste grande avanço foi a distribuição das terras aos privados nacionais e pequenos agricultores, para dar uma maior abertura no campo político e socio económico.

Assim, com a conferência de 1989 pelas autoridades, deu-se abertura do regime monopartidário, para o regime democrático multipartidário. E em 1990 é realizada uma nova constituição para realização das primeiras eleições livres em 1991.

8 O PROCESSO POLÍTICO NO DESENVOLVIMENTO DA ORGANIZAÇÃO DAS ILHAS APÓS-INDEPENDÊNCIA 1975/1990

Ao longo da constituição política, ela vira objeto de estudo de alguns representantes do “poder” (religioso, judiciário, institucional etc.), que passam a representar seus argumentos e tentativa de obter a posse do mesmo tentando tirar vantagem da situação do conflito. Para Nascimento, (2007) “a configuração política colonial somaram-se as consequências da exiguidade e da insularidade, as quais, além de empurrarem nativos para a expatriação, também desencorajavam a fixação de quadros europeus”, dando assim, uma ampla abertura para que o país pudesse avançar gradualmente com a liderança do governo provisório nomeado pelo Bureau político do MLSTP (cf. 2007, p.22).

Na presunção daquilo que é a história mais recente do país, é importante frisar que desde a motivação que levaram a sua tomada de posse, como as suas prespectivas e interpretação no plano estratégico de desenvolvimento, o Chefe de Estado Manuel Pinto da Costa num dos seus discursos recordava que:

Apesar das repressões e manobras divisionistas os colonialistas portugueses jamais puderam sufocar o espírito de revolta e o desejo de liberdade do povo de São Tomé e Príncipe. Um exemplo desta firme determinação de ser livre nos é dado pelo acontecimento de 1953 em que todo o nosso povo preferiu sucumbir diante das balas criminosas dos colonialistas fascistas portugueses, a aceitar o regime de trabalhos esforçados” (SEIBERT, 2001, p.133)

De certa forma, em São Tomé e Príncipe a marca identitária/cultural de um projeto da nação se instaurou antes mesmo da consolidação legal do processo de independência nacional.

Nesta primeira fase da organização do país iniciou-se um novo modelo de governação pelo Movimento de libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) desde a proclamação da independência em 1975, que pôs fim a era colonial. Segundo Seibert (p.3), “depois da independência São Tomé e Príncipe tornou-se um Estado de partido único, baseado no modelo soviético. As plantações e toda a economia foram nacionalizadas”.

Os anos de 1975 ficaram para a história com a revolução liderada pelo Manuel Pinto da Costa. Seu poder de manipulação aos povos são-tomenses mostrou-se inteligências e estratégias, ao enfrentar oposições que tentaram passar uma imagem negativa de sua governação. Segundo Umbelina “na primeira republica foi instituído um regime mono partidário e de tendências marxista-leninista de economia fechada e liberdade condicionada” (2012, p.104).

A dominação portuguesa em São Tomé e Príncipe começou no século XVI e durou quase cinco séculos. No entanto, Nascimento (2010), afirma dizendo que “a Independência das ilhas foi em muito tributária da luta de libertação nas outras colónias portuguesas e, em termos mais imediatos, da revolução de 1974 em Portugal” (2010, p.163).

Uma década após a independência (1985), deu-se abertura económica do país. Com o advento das nacionalizações, havia certas dificuldades económicas na construção política e social ao longo dos anos em todos os sectores, travando assim, certos avanços do desenvolvimento. Estas dificuldades afetavam mais ao sector rural na perspectiva de que,

As nacionalizações e a falta de quadros em todos os sectores da economia e administração resultaram numa queda da produção das roças e numa grave crise económica que, em 1987, levaram o regime socialista a aceitar uma liberalização económica e política. Este processo culminou com a introdução do multipartidarismo modelado no regime semipresidencial português, em 1990 (SEIBERT, p.3)

Diante das estruturas económicas das ilhas na época colonial estava contida pela política do sistema latifundiária na agricultura e de grandes propriedades rural

pertencente à aristocracia, na qual, à custa da força do trabalho escravo, praticava-se no cultivo de cacau e café, tendo assim por base mão de obra barata e disponível na transformação do país a alguns séculos da época colonialista. Todavia, com a tomada da independência houve novas possibilidades e oportunidade para o desenvolvimento do território nacional, principalmente no sector agrícola.

Em 30 de setembro de 1975, ano que se comemora dia das nacionalizações das roças, deu-se a reforma agrária pelo Manuel Pinto da Costa no quadro político a partir de uma análise determinada pelo bloco de Varsóvia, onde toda produção era controlada primeiramente pelo Estado e só depois distribuída para a população. Os apoios aos funcionários públicos e a população em geral eram prioridade na iminência da colheita do cacau e café por causa do volume excessivo de produção, resultante do trabalho dado como patriótico e voluntário.

Devido a situação climática do arquipélago em 1983, destruiu-se mais de 70% das produções agrícola local reduzindo assim a economia e levando o país a uma forte crise sem precedentes, empurrando as ilhas a falência. Porém, naquela época, com a queda de produção a economia agrícola mostrava-se estagnada, sendo que a grande aposta feita era na continuidade da produção do cacau e café e de outros produtos agrícolas, que não resultaram, no entanto, é de frisar que o país era largamente dependente das ajudas externas, como alternativa prosperaram um forte desenvolvimento, isto é, uma aposta no turismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas considerações finais, queremos frisar que os Movimentos Sociais são-tomense surgiram através do nacionalismo revolucionário, entabulado numa ação política pelo Movimento Independentista que projetou-se durante a criação do CLSTP e que depois veio a transformar-se em MLSTP, numa continuidade de argumentação silogística de ideias para libertação orientada para fixação de poder e da revolução do MLSTP anti-imperialista.

Durante a pesquisa feita neste trabalho foram apurados diversos fatores que confirmam esse contexto geral, que tem o propósito de projetar como um sonho a África

colonizada para uma África de Estado num processo evolutivo com movimentos sociais para formação de um conhecimento que permite aos nacionais contribuir para que São Tomé e Príncipe comecem a produzir esses conhecimentos.

De certa forma, este trabalho nos possibilitou ainda compreensão para uma análise sobre as ideias claras do Movimentos Sociais que contribuíram para que o país fosse democrático. A propósito disso, os são-tomenses sempre lutaram pelo reconhecimento com um desejo acrescido para viverem longe da opressão e dos maus tratos.

Ao enfocarmos as questões que permearam a liderança do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), vimos que seu posicionamento estratégico teve um papel essencial para que as alterações fossem positivas. Contudo, a aptidão para política só reforçou que os resultados, a longo prazo, se confirmassem em seu desenvolvimento. Com a criação do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, segundo os membros do mesmo movimento tinha como objetivo devolver paz e a tranquilidade da população são-tomense.

Neste âmbito, com a passagem do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, como única força política para governar o país, iniciou um novo ciclo de governabilidade, pondo um fim da era colonial. O ano 1975 ficou para história de São Tomé e Príncipe com a revolução liderada pelo Manuel Pinto da Costa, que manteve no poder durante 15 anos seguidos, num movimento que abriu as portas para a libertação de São Tomé e Príncipe, mostrando sua preocupação com o povo que vivia numa pressão fortemente inadmissível na era colonial e também muitas vezes miserável sem quaisquer leis que os defendesse.

Podemos dizer que foi um marco histórico para o Movimento e a população que lutaram para ver São Tomé e Príncipe independente e democrático. Todavia, isso só fortaleceu os movimentos sociais que sempre exigiram uma organização do Movimento para lutar em prol do que o país precisava. Isso veio, com a abertura partidária, também caracterizar a exortação de normas já antes definidas, mas não posta em prática até o início dos anos 1990.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRINGA, Diana. **O Massacre de Batepá**. Disponível em: <http://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/02/04/o-massacre-de-batepa/>. Acesso em: dez. 2016.

CASTAÑO, Inês Filipa Abreu. Raízes históricas de uma sociedade crioula africana. **In. São Tomé e Príncipe: Cultura(s)/Património(s)/Museu(s)**. FCSH. 2012, p. 28-35

FERRO, Marc. **Em São Tomé, como no Peru, o folclore revela**. In. História das Colonizações: das conquistas às independências, séculos XIII a XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

NASCIMENTO, Augusto. Esquisso Histórico da Produção de Saber. In. **Ciências Sociais em S. Tomé e Príncipe: A Independência e o Estado da Arte**. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2005, p. 21-46. [ebook],

_____. São Tomé e Príncipe: a independência ou o parto do autoritarismo. In. ROLLEMBERG, R. & QUADRAT, S. V. (orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX - África e Ásia. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2010.

_____. A construção de São Tomé e Príncipe: achegas sobre a (eventual) valia do conhecimento histórico. In. **Como fazer ciências sociais e humanas em África**, Lisboa, 2012, pp. 171-194.

_____. Política e religiosidade em São Tomé e Príncipe: os equívocos do colonialismo ao pós-independência. Notas para uma investigação. In. **Buala**, 23 Outubro 2013. Disponível em <http://www.buala.org/pt/a-ler/politica-e-religiosidade-em-sao-tome-e-principe-os-equivocos-do-colonialismo-ao-pos-independen>, acesso em abril de 2016.

NETO, José Maia Bezerra. A insustentabilidade da Escravidão: uma introdução ao tema e à pesquisa. In. **Por Todos os Meios Legítimos e Legais: As Lutas contra a Escravidão e os Limites da Abolição** (Brasil, Grão-Pará: 1850-1888). Tese de

doutorado em História Social, PUC-SP, São Paulo, 2009.

RELATÓRIO STP-PRESS. Agência Noticiosa de S. Tomé e Príncipe, 1974.

SALVATERRA, Jerónimo. Religião. In. **Mangungo: Mitos e cultura santomenses**. 2. ed. São Tomé: Revista e Melhorada 2009, pp. 84-95.

SANTO, Carlos Espirito. **Paraíso do Atlântico**. s/l, 2015, p.11-135.

SEIBERT, Gerhard. O Regime Socialista do partido Único. In. **Camaradas, Clientes e Compadres: Colonialismo, Socialismo e Democratização em São Tomé e Príncipe**. 2. ed. Lisboa: Vega, 2001.

_____. Recensão Ossobó. In. **Studia Africana**. Porto, CEAUP, n.11, 2008.

_____. Tenreiro, Amador e os Angulares ou a Reinvenção da Historia da Ilha de São Tomé. In. **Revista de Estudo AntiUtilitaristas e PosColoniais**.vol.2, n.02, s/d. Jul-Dez, pp. 21-39.

_____. A Ilha de S. Tomé (1961), de Francisco Tenreiro – uma releitura contextualizada. In. **Revista Economia & Sociologia**. Évora: Universidade de Évora, N. 85, 2008, pp. 1-16.

SEMEDO, Adilson Filomeno Carvalho. A religião e a construção da realidade social. In. **A Influência da Religião Católica na Reprodução da Dominação Masculina em Cabo Verde**. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. 2009, pp. 132-140.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp. 27-33.

UMBELINA, Silvestre de Barros. **O Percurso da Ilha do Príncipe**. s/l. 2012, p. 93-104.